

FICAR EM CASA OU OCUPAR OS ESPAÇOS DE LAZER AO AR LIVRE? REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA UMA APROPRIAÇÃO SEGURA DOS DIFERENTES ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

Recebido em: 01/08/2020

Aprovado em: 18/11/2020

Licença: 

Bruno Rodrigues Neca²

Simone Rechia³

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba – PR – Brasil

RESUMO: A pandemia da Covid-19 impactou as experiências de lazer da população mundial, pois, como o vírus se propaga por contato físico, a primeira estratégia política de combate foi restringir a convivência nos espaços públicos. Todavia, após meses do decreto de pandemia, ainda há circulação de pessoas nos espaços públicos, sem orientações seguras. O espaço público é uma necessidade humana, e o discurso da proibição dos usos tem ocasionado utilizações subversivas. Recomenda-se, assim, apropriações responsáveis do espaço público, com medidas protetivas, avaliações de risco e distanciamento social; por parte do poder público, elaborar orientações de avaliação de risco, incentivar e qualificar o uso dos diferentes espaços das cidades, além de garantir o distanciamento no transporte coletivo. Este ensaio avalia possíveis ações que permitam a apropriação segura nos espaços públicos de lazer em tempos de pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de Lazer. Infecções por Coronavírus. Acesso ao Lazer. Espaço Público. Cidade.

STAYING HOME OR OCCUPYING THE OUTDOOR PUBLIC SPACES? REFLECTIONS AND POSSIBILITIES FOR A SAFETY APPROPRIATION OF DIFFERENTS LEISURE PUBLIC SPACES IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: The Covid-19 pandemic had an impact at leisure experiences of the world's population. Since the virus spread by physical contact, the first political strategy

¹ Fonte de financiamento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando na linha de pesquisa sobre Linguagem, Corpo e Estética (Licores) do PPG em Educação da Universidade Federal do Paraná (2019-2022). Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2015-2020).

³ Professora titular do curso de Educação Física na UFPR. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da UFMG, em Educação Física e em Educação da UFPR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec). Graduada em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestra em Educação Física pela PUC/PR. Doutora em Educação Física pela UNICAMP e Pós-Doutorados pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (Barcelona/Espanha) e Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (Aveiro/Portugal).

was to restrain people's access to public spaces, to stop the infection. However, after five months from the start, people still circulating around public spaces, but without safe instructions. Public space is a human necessity, and the prohibition of its use are causing illegal appropriations. Thus, it is recommendable to the society, safe appropriations of the outdoor public space, following the protective measures, risk evaluations and social distancing; and by the city management, to create risk evaluation guides, to promote and to qualify the use of different city spaces, as well as to assure the right distancing inside public transportation. Therefore, this essay had the objective to reflect over possible actions that allowed safe public space appropriation in the city during pandemic times.

KEYWORDS: Leisure Activities. Infecciones por Coronavirus. Ocio. Public Spaces. City.

O Invisível na Cidade

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia devido às infecções do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença Covid-19 (OPAS/OMS, 2020). Como o vírus se espalhou rapidamente por diversos continentes, as primeiras estratégias de diversos países para conter a proliferação foram a ordem de restrição do espaço público, o distanciamento social e o confinamento no espaço doméstico (HONEY-ROSÉS *et al.* 2020; FREEMAN, EYKEBOLSH, 2020).

No Brasil, de forma descentralizada, Estados e Municípios tomaram medidas semelhantes, como a suspensão das aulas e de eventos, o fechamento do comércio não essencial e dos espaços públicos e privados de lazer (MORAES, 2020). A orientação massiva para o distanciamento social teve como mote o imperativo “Fique em casa!”, cujo objetivo inicial foi alertar a sociedade sobre os perigos da Covid-19 e alterar comportamentos com base nas medidas protetivas contra o contágio, uma vez que o uso de espaços comuns, públicos e privados, pode acarretar aglomerações, potencializando assim a propagação da doença na comunidade. Neste cenário, as estratégias até então se basearam em ações individuais de medidas protetivas, bem como abordagens comunitárias de fechamento dos espaços públicos, limitando seu acesso e suas atividades (FREEMAN; EYKEBOLSH, 2020).

Todavia, após meses de confinamento, é preciso refletir sobre a importância de iniciar um novo processo para proporcionar diferentes experiências na vida cotidiana da população, para promoção, valorização e preservação da vida.

Com base em Rechia (2017), compreendemos o fenômeno do lazer como uma dimensão da vida que perpassa as relações sociais, culturais e de trabalho; e é também responsável pelo equilíbrio e bem-estar integral das pessoas. Portanto, pode auxiliar na manutenção da saúde, no bom desenvolvimento do trabalho, nas relações sociais, ou seja, na relação consigo mesmo, com o outro e com o lugar onde se vive.

Além disso, trata-se de um fenômeno historicamente mutável que, neste momento de pandemia, está sofrendo alterações e gerando um desequilíbrio emocional com reflexos em diferentes aspectos da vida cotidiana em decorrências das restrições do livre exercício de apropriação dos espaços públicos (RECHIA, 2017).

Partimos do pressuposto de que o tempo de lazer pode contribuir para a renovação do bem-estar social a partir de atitudes responsáveis para a apropriação dos espaços públicos das cidades, potencializando a ludicidade humana, possibilitando o exercício da cidadania e o cuidado de si.

Segundo pesquisas, aos poucos os espaços domésticos passam a se constituir cenários que, além de abarcar o trabalho cotidiano, agravam problemas sociais, como suicídio, violência doméstica, depressão, entre outros (FREEMAN; EYKEBOLSH, 2020; GREFF *et al.*, 2020; MARQUES *et al.*, 2020).

O preocupante é que, passados meses de isolamento dentro do espaço doméstico, com esse cotidiano tumultuado e tenso da vida privada e com experiências de lazer limitadas – principalmente, quando não atreladas ao consumo mercadológico –, as pessoas passaram a subverter as determinações de distanciamento e começaram a sair de casa para circular em parques, praças, bares, shoppings, centros de lazer e comércio,

desrespeitando as devidas orientações, aumentando a probabilidade do risco de contágio e até mesmo negando a problemática pandêmica.

Tal comportamento ocorreu porque, segundo Honey-Rosés *et al.* (2020), em meio à crise, houve uma percepção da necessidade dos lugares com os quais nos identificamos e frequentamos ordinariamente, com seus espaços vibrantes, vivos e familiares.

Consideramos o espaço público de lazer um espaço geográfico constituído em fixos e fluxos (SANTOS, 2007), ou seja, espaços de livre e fácil acesso, fruição e circulação social. Para Gehl (2013) são também espaços simbólicos dotados de sentido e significado, a partir das experiências humanas, tais como manifestações culturais e exercício da cidadania no tempo/espaço de lazer.

De acordo com Freeman e Eykebolsh (2020), a restrição de acesso aos espaços de lazer também impõe limitações às experiências de contato com a natureza – experiências estas que ajudam na melhoria da saúde mental e física e no alívio do estresse –, podendo, portanto, levar as pessoas a procurarem espaços menos adequados e com maior risco de contato físico.

Nesse cenário, torna-se essencial uma estratégia massiva de orientação para apropriação do espaço público em tempos de pandemia da Covid-19. Tal como foi executada com a campanha “Fique Em Casa!”, seria preciso também uma campanha “Ocupe, com cuidado, os espaços públicos ao ar livre”.

Nessa direção, Freeman e Eykebolsh (2020) afirmam que é necessário estabelecer uma estratégia de apropriação dos espaços públicos de lazer que equalize as necessidades da população, reduzindo-se os riscos potenciais de proliferação do vírus.

É preciso também considerar que algumas pessoas nunca deixaram de sair de casa (para o trabalho e/ou para o lazer), e que estamos caminhando para um momento em que mais pessoas começarão a sair dos espaços domésticos. Essa situação pode, sem as

devidas orientações, sair do controle político e social. Portanto, é urgente disseminar informações sobre a apropriação segura dos espaços públicos de lazer, bem como proporcionar o conhecimento sobre as diferentes potencialidades que espaços públicos podem oferecer.

Dessa forma, este ensaio se propõe a refletir sobre estratégias que permitam a saída de todos para os espaços públicos ao ar livre, discutindo medidas de proteção individual e coletiva para a fruição das experiências de lazer.

Sabemos que todas as discussões em torno da pandemia, e especificamente da Covid-19, estão apenas no começo, portanto reconhecemos as incertezas associadas às reflexões que serão apresentadas ao longo deste ensaio. Mesmo assim, a intenção é iniciar uma discussão sobre as apropriações dos espaços públicos, visando também pensar em mudanças sobre uma nova forma de usos dos espaços públicos que permanecerão após a pandemia da Covid-19.

Principiaremos pela discussão sobre o corpo em tempos de pandemia e o tempo de lazer como possibilidade de equalização do bem-estar da comunidade em geral. Em seguida, apresentaremos uma reflexão sobre possíveis ações que poderiam ser adotadas pelo Estado e pela Sociedade Civil, visando reduzir os riscos de transmissão e contágio, e, por fim, consideraremos como cada espaço público de lazer ao ar livre, nas diferentes esferas das cidades, pode contribuir para uma apropriação segura durante e após a pandemia.

O Cuidado com o Corpo e o Lazer em Tempos de Pandemia

Em tempos de pandemia, a rotina de cuidado com o corpo se alterou drasticamente. Muito rapidamente, compreendeu-se de forma universal que o nosso corpo não se limita somente ao seu aspecto exterior, idolatrado na busca de um modelo

inatingível, admirado apenas pelas suas linhas e formas nas academias ou, exaltado pelas mídias na perspectiva de corpo ideal – pelos que têm mais dinheiro e acesso –, mas é também nosso canal de comunicação, socialização e sensibilização com o mundo.

A saúde dos trabalhadores passou a ter importância mundial. Percebeu-se que o corpo do trabalhador não deve ser tão esquecido, maltratado e explorado, compreendido apenas como combustível para o capitalismo, como sempre o foi. Se o corpo não está saudável, paramos. Essa parada, além de afetar a nós mesmos, a economia global, a educação, a cultura, o mundo do trabalho, o sistema de saúde, modifica coletivamente a forma de conviver nas cidades. Algumas pessoas passaram a se relacionar de maneira diferente, utilizando-se mais das tecnologias da informação e comunicação para minimizar o isolamento e o confinamento social, alterando os hábitos de lazer e trabalho, que, até então podiam ser coletivos, passaram agora obrigatoriamente a ser individuais e, por vezes, em família. Um acontecimento como o da pandemia do coronavírus levou a população a considerar a saúde do corpo como o seu maior bem, preservando-o para continuar a viver. Nesse sentido, talvez este seja um momento propício para rever a ideia de “corpo belo”, transmutando a visão exterior do ser humano em uma visão mais interior, de “organismo saudável”, cujos cuidados refletem no corpo do outro e no lugar onde se vive. A realidade atual, alterada pela pandemia, fez-nos compreender que não conseguimos viver isolados e que aquilo que não conseguimos alcançar individualmente, juntos talvez seja possível, mesmo que seja necessário bastar-se a uma distância mínima de dois metros para concretizar a socialização.

Alguns trabalhadores de empresas que demandam a presença física dos colaboradores (grande parte em situação vulnerável de trabalho) mantiveram suas rotinas e, portanto, não tiveram a opção para decidir pela manutenção ou não da rotina de lazer, sendo levados assim a avaliar de forma autônoma os próprios riscos.

Estamos em situação de risco constante diante do perigo da Covid-19. De maneira fluida, aumentamos ou reduzimos as probabilidades de nos contaminar com o vírus – quer sejamos obrigados ou não a isso – a cada contato com outra pessoa, principalmente a uma distância menor do que dois metros, contrariando orientações de segurança (OPAS/OMS, 2020).

Muitas pessoas que não puderam trabalhar remotamente e/ou dependiam do transporte público viram-se forçadas, todos os dias, a aumentar o risco de expor o corpo ao perigo do contágio da Covid-19 (ROSA FILHO; CAMPOS, 2020). Além disso, a circulação da frota de transporte público para assegurar o funcionamento da indústria e do comércio não aumentou, segundo as diversas notícias sobre a falta de investimento nacional em transporte coletivo (BONDUKI, 2020). Tal fato deixa claro a deficiência do transporte público, pois o aumento e a qualidade da frota é a chave para que as pessoas possam se deslocar para o trabalho e para o lazer com dignidade, reduzindo entre outros, os riscos de contágio (NECA, 2019; ROSA FILHO; CAMPOS, 2020; HONEY-ROSÉS *et al.*, 2020).

Essas situações mencionadas colocam em xeque as concepções de vida e o como viver nos grandes centros urbanos. Reduz-se o risco de perigo de contágio no tempo de lazer, proibindo sua fruição, mas aumenta-se o risco trabalhando. Não existe equilíbrio, a visão econômica, que se volta para o trabalho, pesa mais. Contudo, as pessoas, em um movimento de resistência a esta triste realidade, estão se expondo ao risco em ambas as dimensões, pois consideram que os seus corpos, e portanto as suas vidas, são tanto para o trabalho quanto para o lazer.

A vida é complexa, e essa complexidade exige das pessoas modos de encarar o “conviver” em todos os momentos, sobretudo em tempos de crise, como as já vivenciadas em outras pandemias de proporções mundiais. Estamos em uma encruzilhada: ou

adotamos uma forma mais racional, objetiva e pragmática ou uma forma mais poética, sensível, cuidadosa e generosa de olhar para si mesmo, para o outro e para o lugar onde vivemos. Fruiremos o tempo e o espaço de lazer em situações mais arriscadas ou menos arriscadas? O que determina essa escolha?

Sabemos que o poder de decisão sobre o que fazer no tempo de lazer é uma conquista coletiva e uma luta individual. Entretanto, para a população mais vulnerável, em relação à dimensão do trabalho, não se trata de escolher entre arriscar-se ou não ao contágio, e sim simplesmente de necessidades e obrigações, uma vez que ou são força de trabalho na linha de frente da produção, ou não tem acesso digital para trabalhar remotamente ou não tem condições econômicas favoráveis para subsistir por um longo período sem trabalho, o que, no Brasil, é o caso da maioria.

Dessa forma, a luta pela sobrevivência também diz respeito a comemorar diariamente a vida, nas brechas do tempo de lazer. Trata-se de conseguir equilibrar a racionalidade e a subjetividade, entre aquilo que se produz e aquilo que se pode usufruir.

Infelizmente, nos tempos de pandemia, a tendência do mercado, que orienta de forma clara e explícita a consumir, foi induzir um comportamento consumista exacerbado, haja vista as corridas aos supermercados para compras de alimentos e utensílios domésticos, escancarando também as contradições e desigualdades sociais, frutos do capitalismo neoliberal (SILVA; FERREIRA, 2020).

Sob o discurso de “Fique em Casa”, exceto para o consumo e o trabalho, os governos orientam as comunidades. Porém, as pessoas mais vulneráveis que não podem consumir “coisas” subvertem essa ordem buscando experiências de lazer que lhes são acessíveis e possíveis e, aos poucos, expandem do domínio da casa para os espaços públicos. Precisamos ademais considerar que a moradia dessa parcela da população brasileira não é adequada. Muitas famílias vivem em residências muito pequenas,

superlotadas, sem saneamento básico, distantes dos grandes centros urbanos e sem condições mínimas de permanência.

O imperativo “Fique em casa”, instrução dada à população para o tempo de lazer, tem funcionado, segundo Certeau (2013), como “bricolagem”, pois a pessoa cotidiana adota algumas orientações, adapta, descarta e reinventa outras no seu cotidiano. Contudo, não seria melhor que elas tivessem informações concisas e propícias sobre as apropriações para o lazer, em casa ou nos espaços públicos ao ar livre?

Além disso, o confinamento dentro dos espaços domésticos tem aumentado a recorrência de outros problemas sociais relacionados ao risco de morte, como o suicídio e a violência doméstica. Houve um aumento nos casos de violência doméstica contra mulheres, crianças, idosos e familiares enfermos, causados por questões relacionais abusivas, em função da permanência em casa, da divisão do trabalho doméstico, dentre outros fatores sociais, psicológicos e culturais (MARQUES *et al.*, 2020).

Freeman e Eykebolsh (2020) afirmam que este momento de incertezas com relação aos diversos aspectos da vida (saúde, finanças e bem-estar social), bem como à restrição de acesso aos espaços ao ar livre (que são potenciais recursos para aliviar o estresse), pode levar a outros comportamentos negativos.

Segundo Greff *et al.* (2020, p. 6-7), grande parte dos casos de suicídio acontecem dentro de casa e podem ser desencadeados por fatores de risco, como o “uso abusivo de álcool e outras drogas, sofrimento psíquico, vulnerabilidade financeira e social”. Ser diagnosticado por Covid-19 ou ter um ente próximo diagnosticado são fatores de risco também nesse sentido. Os autores ainda ressaltam que as políticas públicas deveriam “promover estratégias que permitam contrabalançar os sentimentos negativos e reenquadramento dos planos de vida”.

Assim, passar um tempo em espaço público e em áreas verdes pode contribuir para melhorar a saúde mental, pois engaja as pessoas em diversas experiências no tempo de lazer, de práticas corporais à mudança de paisagem ou ar fresco (FREEMAN; EYKELBOSH, 2020).

Concordamos que o contato com a natureza é uma necessidade humana, somos parte de um ecossistema maior, e o corpo se nutre das diferentes sensações proporcionadas pelo meio ambiente. Contemplar e entrar em sintonia com o ambiente natural permite ao ser humano não somente compreender-se como uma pequena parte do todo mas também refletir sobre como ele impacta esse espaço com suas ações e como as respostas da natureza são complexas e potentes.

Assim, a fruição do lazer no espaço público ao ar livre, com os cuidados necessários e adotando as devidas medidas protetivas individuais e coletivas, e desde que a decisão seja tomada conscientemente a partir da avaliação de risco no espaço, pode contribuir para aliviar o estresse cotidiano, o bem-estar social, a saúde física e mental, evitando mortes por outros problemas sociais.

Há oportunidades de vivenciar o lazer com responsabilidade individual e coletiva nos espaços públicos abertos das cidades, com o apoio do poder público, reduzindo o risco de contágio e propagação do vírus.

Esta proposta tem como base, por um lado, a conscientização da Sociedade Civil sobre a necessidade da avaliação de risco e tomadas de decisão durante a fruição do lazer e, por outro lado, o poder público precisa desenvolver estratégias de orientação massiva sobre os cuidados a serem adotados, segundo o interesse da população, e não o do mercado.

Lazer como Prática de Liberdade *Versus* Lazer como Prática de Consumo

A prática da liberdade é uma necessidade humana e pilar de sustentação das experiências de lazer, e a restrição de tais experiências por meio do controle proibicionista tem se mostrado ineficaz, dadas as inúmeras notícias sobre encontros domésticos ou aglomerações no comércio durante a pandemia. Diante dessa realidade, faz-se necessário liberar o acesso aos espaços públicos de lazer, sem atrelá-lo ao consumo de qualquer bem ou serviço e com as devidas orientações de se evitar aglomerações e de se manter os devidos cuidados para prevenir o contágio da Covid-19.

É preciso dar às pessoas a oportunidade de satisfazer à necessidade humana de apropriação dos espaços da cidade – necessidade esta ligada à de sair do espaço doméstico – e incentivá-las a continuar com outras práticas sociais realizadas no núcleo familiar⁴, sempre enfatizando os mesmos cuidados salutareos para, assim, evitar que as situações saiam do controle.

Neste momento, faz-se necessário uma organização do Poder Público e da Sociedade Civil para que todos tenham acesso e possam tomar posse de um tempo e de um lugar no âmbito do lazer em espaços públicos urbanos ao ar livre.

Assim, propomo-nos a refletir sobre ser este o momento de retomarmos alguns aspectos relacionados aos ideais clássicos gregos de ócio, tais como cita Rechia (2017): o lazer “ligado ao desenvolvimento pessoal, por intermédio da reflexão”, visando retomar um olhar para fora e para dentro de si ao mesmo tempo, “num estado de paz, de fruição criadora, condição para sabedoria”, “desfrute e reinvenção da vida, a sobrevivência da condição humana”.

Atualmente, muitas experiências cotidianas têm sido pautadas pelo que Mascarenhas (2005, p. 156) denominou *mercolazer*, ou seja, uma “dinâmica tendencial

⁴ Para este ensaio, compreende-se por ‘núcleo familiar’ o grupo de pessoas que dividem o mesmo espaço doméstico.

de mercantilização do lazer em sua manifestação mais imediata, quando assume a forma de mercadoria propriamente dita”. Assim, nessa concepção, as pessoas buscam no tempo-espaço de lazer a sensação de prazer pela aquisição de bens e serviços.

Esses momentos de fruição, pautados no consumo, concentram algumas atividades, tempos e espaços. Por exemplo, nos tempos de descanso, sobretudo às sextas, sábados e domingos, aglomeram pessoas em torno de alguns espaços comerciais. Durante a pandemia da Covid-19, algumas atividades comerciais denominadas essenciais, entre elas os restaurantes e bares sob a condição de serviço em formato *delivery*, aos poucos, e a depender da política de saúde pública adotada por Estados e Municípios, têm sido liberadas sob o discurso das necessidades essenciais, desde que seja adotado um protocolo de medidas (GOVERNO, 2020).

Segundo Garcia-Álvarez *et al.* (2020), em períodos de alto estresse, como o caso de pandemias, o consumo de álcool e tabaco é potencializado e, por conseguinte, a busca por pontos de venda desses produtos também aumenta. Esse fenômeno nos fornece alguns indícios de que esse tipo de fruição de lazer com base no consumo de bens e serviços não é adequado para este momento de pandemia, pois dificulta o distanciamento social, uma vez que os espaços são pequenos ou fechados, e dá ensejo a aglomerações em torno do comércio.

Além disso, Freeman e Eykelbosh (2020) alertam que o fechamento de parques, praças e bosques – tão importantes para a saúde e o alívio do estresse – pode levar as pessoas a procurar locais inadequados à promoção do distanciamento social, por não ter grandes áreas e infraestrutura necessárias para se evitar a aglomeração.

A subjetividade do corpo expressa a necessidade humana de viver, mas esse viver não necessita estar atrelado ao uso e consumo de bens e serviços. É preciso encontrar

novos sentidos e significados para o tempo de lazer, visando à valorização da vida, o autocuidado do corpo em todos os aspectos e o cuidado com o próximo.

Não se trata de eliminar totalmente o consumo, mas sim de um lazer com o menor investimento financeiro possível, bem como a redução do tempo de permanência em espaços com esse fim, reduzindo as janelas de contato físico no comércio.

Se os Estados e Municípios estão organizando protocolos de medidas protetivas para a utilização de bares e restaurantes, por que não adotar medidas para o uso de áreas abertas dos diversos espaços públicos das cidades?

Nesse sentido, Magnani (2003) afirma que as pessoas sabem organizar-se para as diversas experiências da vida, do trabalho ao lazer, e o fazem muito bem. Sendo assim, por que deixariam de fazer o mesmo em tempos de coronavírus e nos espaços de lazer ao ar livre? Verifica-se inclusive que, seguindo as recomendações de cuidados necessários, muitos continuaram trabalhando ou trabalhando e “bricolando” suas experiências de lazer, sem contrair o vírus. Portanto, a nossa tese é a de que as pessoas só precisam de mais informações e orientações sobre como agir, e assim o farão.

Ora, os bares abriram não porque não representam riscos. Atualmente, todos os espaços compartilhados representam riscos e, justamente por isso, é imprescindível respeitar as medidas de segurança. O mesmo se aplica à abertura dos espaços públicos de lazer ao ar livre. É necessário que o Poder Público dê essa autonomia à população, bem como forneça informações e condições para que todos tenham mobilidade urbana e apropriações seguras suficientes do espaço público para evitar o risco de contágio durante o lazer.

As pessoas sabem se organizar e avaliar os riscos, desde que devidamente orientadas e com ações governamentais efetivas. Devido à insistente campanha do “Fique em casa!”, as pessoas internalizaram a forma de se relacionar com os outros ao praticar

atividades físicas nos espaços públicos, como, por exemplo, desviando a metros de distância e procurando caminhos alternativos; ou, como em muitos casos, adotando práticas corporais nos moldes da atividade física para a apropriação do espaço público porque é lícito, a ida ao bar porque há medidas protetivas, a caminhada a pé pela cidade porque está indo para o mercado, considerado um serviço essencial. Para Certeau (2013), essas são as “táticas dos fracos”, do cidadão “ordinário”, observáveis no cotidiano em tempos de pandemia.

Manter as fruções de lazer somente sob a égide do consumo é limitar essas e as demais experiências urbanas e a liberdade de escolha, e é possível algumas estratégias de ampliação para outras formas de frução gratuita, como é o caso dos espaços públicos de lazer ao ar livre. Para tanto, é preciso também expandir a consciência para uma tomada de decisão socialmente responsável, tendo por base orientações concisas e estudos científicos atualizados constantemente.

Portanto, aproximar-se do modelo grego de ócio pode contribuir para este momento de pandemia e para o usufruto dos espaços públicos das cidades, pois esse modelo proporciona um olhar contemplativo e reflexivo. Esse processo de reflexão interior durante o lazer – que pode ser estimulada pelo poder público – auxilia na busca do autoconhecimento e autocontrole dos prazeres da vida, com poucos ou nenhum artefato adicional ao corpo e o mínimo de investimento financeiro possível. Além disso, práticas sociais como o piquenique (NIERENBERG, 2020) e as práticas corporais (salvo as devidas restrições indicadas pelos estudos específicos sobre tais atividades) que necessitam de pouco espaço físico e movimentação corporal, numa experiência mais introspectiva, podem também concorrer para amenizar o estresse físico e mental e ao mesmo tempo permitir a apropriação de diferentes espaços das cidades (RECHIA, 2017; CORREIA *et al.*, 2020).

Acerca da transmissão do vírus pelas partículas invisíveis deixadas no ar durante as atividades físicas praticadas por pessoas infectadas, Freeman e Eykelbosh (2020, p. 4-5) afirmam que:

[...] o risco de transmissão da doença depende não somente da geração de aerossóis contendo vírus, mas também da capacidade de o vírus aerolissolizado (ou seja, em forma de micropartículas sólidas ou líquidas dispersas ou suspensas no ar) permanecer suficientemente concentrado e infeccioso no momento em que alcança o próximo hospedeiro.

Tendo isso em vista, as autoras argumentam que o distanciamento físico protege os usuários de espaços públicos ao ar livre dos modos principais de transmissão, a saber: o contato direto e gotículas respiratórias. Entretanto, cuidados ao falar, respirar, tossir ou espirrar e a higienização das mãos, além do uso de máscara, podem limitar a transmissão do vírus.

Assim, buscar locais alternativos e o tempo adequado para a utilização do espaço público é uma das estratégias a ser utilizadas para conseguir fruir o lazer fora do ambiente doméstico e reduzir os riscos de contágio.

Com base nas orientações adotadas pela Prefeitura Municipal de Londres (2020), uma avaliação autônoma e responsável sobre o espaço ser ou não adequado deve considerar a quantidade de pessoas naquele espaço e o distanciamento entre elas. Se o local estiver com alguma concentração de pessoas, deve-se procurar outro.

Todavia, enquanto o lazer estiver atrelado ao consumo, as pessoas não conseguirão se livrar de aglomerações, nem do contato físico com outras pessoas, sejam os funcionários do estabelecimento, expondo estes ao risco, sejam outros consumidores.

Por isso, ampliar o leque de oportunidades de vivências diferenciadas pode concorrer para que a população continue com o distanciamento social durante a pandemia, evitando, assim, problemas sociais decorrentes do confinamento e da limitação do ir e vir, seja para trabalho, lazer ou consumo.

Da mesma forma, a saída para os espaços públicos deve ser orientada pela autopercepção, pelo autoconhecimento, pelo encontro consigo mesmo e pelo zelo por aqueles que moram no mesmo espaço doméstico. Esses norteadores podem incluir a contemplação, o diálogo, a troca de experiências e saberes, o brincar, potencializando o espírito lúdico em detrimento do consumo exacerbado de bens e/ou serviços.

Por fim, essas práticas sociais de lazer diferenciadas permitirão ainda a apropriação e alternância dos diferentes espaços privados e públicos: a varanda, o quintal e o jardim das residências, praças, bosques, parques, praias e campos.

Veremos a seguir como o Estado e a Sociedade Civil podem contribuir para reduzir os riscos de transmissão da Covid-19 nos espaços públicos amplos, abertos e para um usufruto seguro desses locais em tempos de pandemia.

Ações do Estado e da Sociedade Civil que Contribuem para a Redução dos Riscos em Espaços Públicos de Lazer ao Ar Livre

Segundo Freeman e Eykelbosh (2020, p. 7), “dado que a pandemia exigirá mudanças em longo prazo na forma como as pessoas interagem nos espaços públicos, é preferível buscar estratégias que, em vez de diminuir, aumentem as oportunidades de lazer ao ar livre.” Em razão disso, defendem que o uso dos espaços ao ar livre, desde que tomada uma série de medidas protetivas, pode trazer mais benefícios do que prejuízos à saúde física e mental e ao bem-estar da população. Baseadas nas informações fornecidas até o momento sobre as formas de transmissão do coronavírus, as autoras propõem, então, algumas ações potenciais para reduzir os riscos de contágio em espaços externos públicos.

A transmissão da Covid-19 acontece de uma pessoa infectada para outra ou por contato próximo por meio de gotículas de saliva e objetos ou superfícies contaminadas.

Em função disso, a OMS recomenda o dobro da distância (dois metros) da pessoa infectada (OPAS/OMS, 2020).

Neste ensaio, foram consideradas como principais medidas de segurança: distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos. As ações foram divididas entre aquelas emanadas do Poder Público e as da Sociedade Civil. Embora algumas se complementem ou se assemelhem, cada um desses entes tem papéis e contribuições específicos na redução de proliferação do coronavírus.

Conforme Freeman e Eykelbosh (2020), o Poder Público deve adotar as seguintes medidas:

- **Maximizar as distâncias e minimizar interações físicas** entre as pessoas em todos os espaços públicos, orientando a interação à distância, com gestos corporais e aumento do tom da voz.
- **Fechar ou remover equipamentos que reúnam usuários ou promovam interações**, tais como churrasqueiras, mirantes, parquinhos, mesas e cadeiras, pistas de *skate*, academias ao ar livre. No caso de locais que não podem ser fechados, como quadras esportivas, proporcionar limites e/ou supervisão para manter o distanciamento.
- **Higienizar superfícies**, educando as pessoas para que cada um higienize o local utilizado ou mantendo pessoal em condições dignas de trabalho para higienizar superfícies nas quais o vírus é mais persistente, tais como banheiros públicos.
- **Proporcionar oportunidades para higienização das mãos e dos locais**, fornecendo acesso a produtos para esse fim. Para evitar depredação e vandalismo, os materiais podem estar sob a supervisão de alguém.

- **Aumentar a ventilação e higienização dos banheiros públicos**, modificando todos os que necessitem de maior ventilação, para, assim, reduzir o risco de acúmulo de vírus no ar.
- **Desencorajar atividades que envolvam contato físico** e uso de materiais, como bolas, cordas, arcos etc.; determinar espaços para as práticas de atividades que envolvam movimentação, como caminhada, corrida, bicicleta, orientando os praticantes a procurarem áreas alternativas e amplas.
- **Desencorajar ações que envolvam troca de objetos**, como copos, cigarros/cigarros eletrônicos, baralhos, jogos de tabuleiro, celulares, entre outros.
- **Disponibilizar lixeiras para descarte de equipamento de proteção individual (por exemplo, máscaras), enfatizando por meio de *displays* de orientação a importância do descarte correto e ecológico e da troca frequente desses equipamentos.**
- **Estabelecer agenda de acesso aos grandes espaços públicos** e promover simultaneamente ações nos bairros, para que as pessoas neles se distribuam.
- **Aumentar o espaço disponível para apropriação nas ruas laterais, áreas verdes** para, assim, reduzir as interações físicas e restringir a entrada de automóveis nesses espaços.
- **Realizar atualizações *on-line* sobre agendas e acesso aos grandes espaços públicos, por meio de uma agenda**, bem como informar a movimentação nesses locais, indicando quais estão com capacidade máxima permitida, tendo em vista o adequado distanciamento. É importante uma divulgação massiva sobre as ações realizadas em toda a cidade, para que as pessoas se espalhem.
- **Aumentar as orientações de saúde** e simultaneamente reforçar resumidamente os principais cuidados, para que tais medidas sejam internalizadas.

Embora Freeman e Eykelbosh (2020) também incluam como ação **considerar a prioridade de acesso da vizinhança aos parques**, acreditamos que as estratégias anteriormente elencadas possam contribuir para a redução de riscos de contágio e para a democratização do uso dos espaços públicos, independentemente da região onde as pessoas residam. Não há necessidade de priorizar o acesso.

Nesta seção, discutimos como o Poder Público pode contribuir para a redução dos riscos de proliferação do vírus causador da Covid-19, elaboradas com base nas orientações de Freeman e Eykelbosh (2020) e Prefeitura Municipal de Londres (2020).

Veremos, a seguir, quais atitudes cidadãs a Sociedade Civil pode adotar em todas as etapas de apropriação do espaço público, da saída ao retorno para seus lares, a fim de evitar a transmissão e o contágio do coronavírus.

Como a Sociedade Civil pode Avaliar o Cenário e Reduzir os Riscos na Utilização dos Espaços Públicos ao Ar Livre

Assim como o Poder Público deve tomar medidas protetivas para evitar a proliferação do vírus, a Sociedade Civil deve decidir com base na responsabilidade social e desenvolver atitudes cidadãs no dia a dia.

De acordo com Marcellino (2007), o lazer é um potente agente de transformação social, pois, no momento e local de fruição, as pessoas podem desenvolver a sensibilidade à vida, ao próprio corpo e ao ambiente no qual vivem. O autor considera também que o lazer tem duplo aspecto educativo – ora é objeto (educação para o lazer), ora é veículo de educação (educação pelo lazer) –, que contribui para um desenvolvimento humano emancipatório.

Na educação pelo lazer, ou seja, durante as experiências de lazer, livres de algumas obrigações – inclusive da educação formal –, as pessoas podem sensibilizar-se e desenvolver atitudes e princípios humanizadores da vida, emancipar-se das amarras cotidianas e refletir sobre suas condições reais de existência (MARCELLINO, 2007).

Para tanto, precisam de orientações nesse tempo-espaço, informações disponíveis de diversas formas, que podem ser aprendidas por meio dos diversos sentidos e interesses culturais, além do olhar e da ordem. Elas precisam tornar-se sensíveis às diversas dimensões humanas, olhar para as pessoas e para a natureza, olhar para si, perceber-se, e ter um tempo-espaço para autoavaliação e autoconhecimento, até para poder compreender e colaborar com o atual momento.

Por tais sensibilidades serem diferenciadas e influenciadas pelos diferentes locais, acreditamos que, para mudar o modo de ver o mundo, o tempo de lazer precisa se dar em harmonia entre diversas dimensões da vida.

Assim, com base nas determinações da OPAS/OMS (2020) e nas orientações de Freeman e Eykelbosh (2020) e Prefeitura Municipal de Londres (2020), sugerimos algumas medidas de proteção para que as pessoas possam usufruir de forma segura dos diferentes espaços públicos das cidades:

- **Sair de casa com os equipamentos de proteção individual e suprimento extra**, para trocá-lo sempre que possível ou necessário, bem como orientar e supervisionar as crianças para que adotem tais medidas. Além dos materiais indicados pela OMS, como álcool gel, mistura de água e sabão, máscara de proteção para nariz e boca.
- **Demarcador de espaços individuais ou do núcleo familiar**, como tecidos, lençóis, toalhas grandes ou outros marcadores, para estabelecer um espaço privado com bordas de dois metros laterais.

- **Utilizar constantemente álcool gel** nas mãos durante os trajetos e a cada contato necessário com outra pessoa.
- **Alternar as saídas, ora escolhendo locais próximos da residência, ora os mais distantes, aos quais seja necessário ir de ônibus**, para evitar a superlotação nos transportes coletivos e, dessa forma, usufruir e permitir que outros usufruam de tal espaço, contribuindo para a democratização das apropriações.
- **Utilizar o transporte coletivo fora de horários de pico e evitar ônibus cheios (a distância segura é de dois metros entre um passageiro e outro)**, evitar entradas e saídas comerciais, avaliar a movimentação das pessoas nos espaços públicos antes de sair nas agendas locais.
- **Abrir todas as janelas dos ônibus** orientar ou solicitar à/ao motorista que oriente os passageiros a abri-las, para assim garantir uma boa ventilação.
- **Avaliar o grau de ocupação do transporte coletivo e do destino de lazer escolhido**, se é possível se apropriar mantendo uma distância de 2 metros e demarcar o espaço com o tecido demarcatório. Se possível, verificar informações sobre a movimentação nos espaços públicos antes de sair de casa.
- **Manter o uso dos equipamentos de proteção individual, mesmo que a distância seja a ideal ou maior**, uma vez que é comum as pessoas deixarem de usar equipamentos quando estão muito distante de outras. Ainda que o risco de transmissão aerossol seja pequeno, é importante estar sempre protegido, para eventuais situações de risco no ambiente.
- **Planejar as saídas e aproveitar a compra mensal de mercado para adquirir produtos alimentícios e bebidas**, evitando assim a aquisição de bens ou serviços no trajeto ou no local de lazer, para reduzir o risco de contato dentro dos estabelecimentos, bem como a aglomeração de pessoas em torno dos comércios.

- **Procurar locais longe do comércio e de outros núcleos familiares** para fruir o tempo de lazer, visando evitar aglomerações e movimentações em torno desses locais.
- **A tarefa de ir ao comércio, caso necessário, deve ser feita por apenas uma pessoa da família**, utilizando máscara, mantendo a distância de segurança e higienizando as mãos antes e depois de deixar o local.
- **Distanciar-se de pontos turísticos que reúnam pessoas em pequenos espaços e mobiliários de lazer** como monumentos, mirantes, churrasqueiras, parquinhos infantis, academias ao ar livre, etc. Dessa forma, reduz-se o risco de aglomeração e o risco de contágio pelo contato com superfícies contaminadas.
- **Maximizar a distância de outros usuários durante a circulação no local ou no trajeto**, desviando-se, independentemente de quem seja, sem se sentir culpado por isso, e equalizar a socialização e a reciprocidade com um gesto de cumprimento à distância.
- **Minimizar as interações sociais próximas e trocar por gestos distantes** que comuniquem alguma interação para que a socialização não se perca, lembrando-se de que as outras pessoas também estão recebendo estas mesmas informações; orientar as crianças sobre isso, uma vez que elas são alvo de interações constantes com adultos, para que elas também compreendam e adotem tais posturas.
- **Não realizar atividades coletivas que envolvam qualquer tipo de interação direta**, como atividades físico-esportivas ou demais interações que impliquem contato físico ou aproximação de menos de dois metros de distância ou mesmo práticas corporais a distância que envolvam troca de objetos, como bolas, arcos, cordas, etc.

- **Não realizar troca de materiais em qualquer atividade ou prática social**, incluindo equipamentos de proteção, talheres, copos, bebidas, tabacos, alimentos e outros.
- **Verificar, ao utilizar banheiros públicos, se as superfícies foram higienizadas.** Higienizá-las antes e depois do uso e abrir as janelas para ventilação.
- **Higienizar as mãos antes de entrar em casa, de tocar os olhos ou tirar a máscara**, descartar os equipamentos de proteção e selar as sacolas de lixo, para evitar novos contatos, lavar as roupas e os calçados utilizados e tomar banho.

Embora essas ações do Poder Público e da Sociedade Civil não eliminem o risco de contágio, reduzem as probabilidades de transmissão primária e podem contribuir para um novo momento de apropriação dos espaços públicos ao ar livre das cidades.

Tomando tais medidas protetivas, e outras que possam surgir ao longo da pandemia, para reduzir cada vez mais os riscos, é possível planejar as saídas para os diferentes espaços das cidades e, assim, fruir o tempo de lazer em outros ambientes.

Veremos na seção seguinte quais os diferentes espaços públicos ao ar livre que podem ser usufruídos e como eles podem contribuir de forma alternada para diferentes experiências de lazer.

Práticas e Táticas: Os Diferentes Espaços Públicos das Cidades e as Possibilidades de Novas Apropriações

A cidade é uma grande obra construída pelas pessoas, composta de vários espaços públicos e privados de circulação, moradia, lazer e trabalho (LEFEBVRE, 2001). Assim, o direito à cidade emerge do valor de uso dessa obra produzida por todos os cidadãos. O espaço urbano oferece diferentes espaços de lazer destinados àqueles que a constroem

cotidianamente, desde as possibilidades de quintais e as frentes de casas, a ruas, jardinetes, praças, bosques, parques, praias e campos (LEFEBVRE, 2004).

Neste momento de pandemia, é importante lembrar que os usos de inúmeros mobiliários urbanos estão proibidos, devido ao risco de interação e contato físico. Por esse mesmo motivo, academias ao ar livre, mesas e cadeiras, bancos de praça, parquinhos infantis, quadras esportivas não devem ser usados. Devido a esta realidade, iniciou-se uma temporada de novas relações de respeito e altruísmo com o espaço público e com as pessoas que dele também usufruem.

O espaço público, gerador de socialização, de comércio, de movimento e de contemplação, necessita urgentemente limitar algumas de suas funções, a fim de potencializar a vida. O grande desafio é conscientizar o cidadão de que as práticas sociais nesses espaços públicos devem mudar de forma.

Segundo Gehl (2013), no século XXI, o acesso à informação através das novas tecnologias facilitou algumas dimensões da vida, dificultando outras, por exemplo o encontro e o contato nos espaços públicos nas cidades e, nesse contexto, as práticas urbanas ganharam uma nova dimensão: a humana.

É importante pensar sobre esse propósito de cidade como um lugar de encontro, passado este tempo de distanciamento social, pois a cidade precisa ser (re) vivida, contemplada e percebida pelos nossos corpos, e não somente ser planejada para ser um lugar voltado ao trabalho e comércio.

Para tanto, o urbanismo tático corresponde às intervenções que permitem experimentar mudanças na cidade por um período determinado, oferecendo uma intervenção à curto prazo, rápida e de baixo custo. Para Gomes; Gomes; Mello, (2019).

A forma como o urbanismo tático auxilia na percepção das carências urbanas, trazendo soluções práticas e acessíveis, promovendo e organizando os movimentos de intervenção nas cidades, compõem cada vez mais uma inteligência coletiva, que enfatiza os processos coletivos de criação e

subjetivação, trazendo de volta o sentido do direito à cidade para uma perspectiva revolucionária (GOMES; GOMES; MELLO, 2019, p. 48)

Assim, para materializar algumas ações referentes à tais táticas urbanas, selecionamos espaços e caminhos possíveis. Vejamos a seguir, quais são as possibilidades de desenvolvimento das apropriações em diferentes espaços públicos das cidades. Esta seção foi construída baseada nos estudos de Rechia (2003), Jane Jacobs (2013), Yan Gehl (2013), Magnani (2002), Certeau (2013) e Gomes; Gomes; Mello, (2019).

De Dentro para Fora: Do Quintal das Casas aos Espaços Livres da Cidade

Estamos presenciando uma reinvenção da utilização dos quintais das casas e das áreas ao ar livre das cidades. Pessoas contemplam o pôr do sol, cultivam hortas e plantas. Parece haver um processo de religação e cuidado com a natureza. Desses espaços, pode-se também visualizar a circulação nas vias públicas, gerando uma conexão interessante entre rua e casa. Esse momento pandêmico nos faz refletir sobre as condições dos bairros, o tamanho das casas e dos apartamentos e o fato de estes, antes pensados como lugares apenas de passagem, agora passarem a ser locais de paragem, de permanência e de trabalho.

O quintal é um espaço privado entre a rua e a casa que pode proporcionar diversificadas experiências familiares. Nessa direção, o grupo de estudos Ecocríticos lançou um concurso fotográfico chamado “Natureza Meu Quintal”, visando promover a reflexão sobre ecologia e proporcionar, de forma lúdica, experiências no quintal ou varanda de casa⁵.

⁵ CBN. Saiba como participar do concurso: “Natureza em Meu Quintal”. CBN Curitiba. Disponível em: <http://cbncuritiba.com/saiba-como-participar-do-concurso-natureza-em-meu-quintal>. Acesso em: 05 ago. 2020.

O quintal de casa também pode gerar novos formatos para experiências diversas ligadas à dimensão lúdica, como piqueniques, jogos e brincadeiras. O *The New York Times*⁶ publicou um artigo com dicas de segurança para realizar piqueniques seguros, experiência que pode ser vivenciada nos quintais e também em todos os espaços públicos ao ar livre, entre as dicas estão: planejar o local; garantir a distância segura e os equipamentos de proteção individual; planejar e preparar os alimentos e bebidas; alerta que “não dividir [alimentos e bebidas] é cuidar!”. Entre outras dicas e orientações com o interesse de motivar antigas práticas comunitárias de lazer.

Varandas: Do Palco ao Camarote

Enquanto para alguns as varandas servem de palcos, para outros são transformadas em camarotes. Neste período, as varandas e janelas têm sido palcos e telas para diversas manifestações culturais, algumas voluntárias e independentes e outras com incentivo do Poder Público. Em março de 2020, houve uma repercussão mundial dos italianos que realizaram algumas experiências (res) significando estes ambientes domésticos. Em seguida, a ação se alastrou para outras sacadas e janelas no mundo. Em São Paulo, foi lançado o Edital “Janela Solidária” visando incentivar também financeiramente as produções culturais nas varandas dos prédios⁷.

É interessante pensar que esse momento de pandemia nos faz refletir sobre os espaços de lazer das casas e apartamentos que foram, durante décadas, sendo retirados da arquitetura moderna, desenhados apenas como lugares de passagem e, hoje, ganham uma

⁶ NIERENBERG, A. How to have a Picnic, safely. **The New York Times** [online]. 9 may. 2020. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2020/05/09/dining/coronavirus-how-to-have-a-picnic-safely.html> . Acesso em: 08 ago. 2020.

⁷ ASSIS, T. São Paulo destina 10 milhões para espetáculos nas janelas de prédios. **Veja São Paulo**. Arte ao redor. Mar. 2020a. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/janelas-de-sp-edital-prefeitura>. Acesso em: 10.08.2020.

nova importância na vida cotidiana. Há dados de pesquisas indicando a procura por moradias com mais espaços como varandas e quintais.

Diante disso, a campanha “Fique em casa!” teria obtido sucesso se o processo de combate à Covid-19 tivesse durado poucos meses. No atual cenário, mesmo as pessoas que tem o privilégio de contar com sacadas ou quintais estão procurando outras experiências de lazer em outros espaços, indicando que outras estratégias precisam ser desenvolvidas. O poder público não deve negligenciar tal fato, mas propor soluções, valorizando e reconectando vizinhos a partir das “culturas” locais.

Nas Ruas, Próximas às Casas: Ampliando a Escala

Até o século XX, as ruas e outros espaços das cidades que eram palco da diversidade e do encontro na escala humana, forçadamente transformaram-se em palco para o advento do modernismo urbano pautado na ordem e na monotonia (JACOBS, 2013; GEHL, 2013). Não seria então a época de um retorno para a apropriação das ruas pelas pessoas? Para o encontro e a socialização a partir da ideia de vizinhança?

É possível socializar com os vizinhos a partir da ocupação das ruas próximas, sem que isso signifique contato físico ou próximo. Para tanto, é preciso haver uma convenção de como a vizinhança pode se utilizar daquele espaço da rua de forma conjunta, levando-se em conta a negociação de horários e a conscientização dos riscos de descontrole da situação e de relaxamento das medidas protetivas.

Um das primeiras ações poderia ser a colocação de bancos em frente das casas gerando a apropriação da rua. Segundo Gehl (2013), o banco é o principal mobiliário de lazer e permite tanto vislumbrar uma paisagem quanto parar no espaço para ver o tempo passando através da movimentação dos transeuntes. O banco permite parar à céu aberto, proporcionando o direito ao sol. Da mesma forma, a frente da casa ainda pode ser um

lugar de paisagismo, ou seja, as pessoas podem ser encorajadas a criar diversas paisagens com ideias que envolvam artesanato e outras técnicas. O muro pode virar lugar de desenho artístico, a terra pode virar o novo jardim, o banco pode ser enfeitado com mosaico. Enfim, são várias as iniciativas possíveis e já observadas no meio urbano durante esse período pandêmico.

Antes de os automóveis tomarem conta das ruas, elas eram os espaços da vizinhança, o local do encontro, da festa, dos jogos e das brincadeiras. Aos poucos, as crianças e, conseqüentemente, os adultos foram enclausurando-se nos espaços domésticos, e as ruas foram tornando-se inseguras, devido ao seu esvaziamento (JACOBS, 2013); e assim, de lugares de sociabilidade, transformaram-se em de passagem (MAGNANI, 2002).

Para além do espaço em frente às casas, as ruas têm grande potencial para se evitar a aglomeração de pessoas desconhecidas, pois são, nas palavras de Magnani (2002), *o pedaço dos chegados*. E justamente por causa da intimidade e liberdade nesse espaço dos conhecidos, é preciso certo controle da distância social. Entretanto, o uso de máscaras pode surgir como um símbolo indicativo de que, no pedaço dos chegados, acredita-se no potencial de contágio, e todos estão tomando os devidos cuidados.

As ruas do bairro também podem ser usadas como lugar para caminhada ou corrida, preferencialmente em trajetos alternativos, fora das rotas padronizadas. Tomando emprestados de Magnani (2003) alguns conceitos sobre a rua e o bairro, é preciso atentar-se para a questão da segurança em outras ruas, já que a pessoa pode não ser conhecida do *pedaço*. Contudo, pela frequência com que a pessoa caminhe ou corra por aquelas ruas, é possível que aos poucos ela seja reconhecida pelos moradores e crie-se uma relação altruísta: o espaço torna-se um lugar (TUAN, 2013) e o estranho, um *chegado*.

Segundo Gehl (2013, p. 27), “caminhar na cidade estimula diversas experiências diretas de todos os nossos sentidos”. Todavia, Jacobs (2013) alerta que espaços públicos vazios passam a sensação de insegurança, portanto alguns cuidados precisam ser tomados, como caminhar e correr com alguém do núcleo familiar ou mesmo em família. Além disso, cumprimentar as pessoas com um gesto e sorrir, ainda que com máscara, contribui também para o distanciamento social, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação de segurança, reconquistando a vitalidade urbana defendida pela autora.

Há muitas ruas pelas cidades, novos caminhos se fazem a cada nova caminhada, e cada caminhada nova é uma história, uma paisagem e um contato diferente com o novo (CERTEAU, 2013). Portanto, uma orientação para a apropriação dos espaços das ruas também é possível, porque a pessoa pode realizar paradas, pensar novos trajetos, decidir por onde ir, sem que isso signifique contato físico ou próximo com o outro.

Pelas ruas, o cotidiano pode nos sensibilizar. Podemos perceber algo nem mesmo notado antes, como a questão de acesso, a segurança, a qualidade e a manutenção do espaço público (GEHL, 2013; NECA; RECHIA, 2020). É preciso estar atento a esses aspectos e aproveitar o momento para cobrar do Poder Público atendimento às demandas próximas às residências, assim, nesse momento de distanciamento, não é necessário se locomover tanto e a todo o momento para encontrar um espaço adequado e poder usufruir o tempo de lazer.

Na França, o coletivo “*Ruesaux enfants, rue pour tour*”⁸, possui um projeto desde 2016 de apropriação das ruas, cujo objetivo é criar espaços de brincadeiras e interações nos quais as crianças e jovens são protagonistas. Neste momento de Pandemia, o coletivo conseguiu incentivo de um programa do Ministério da Transição Ecológica e Ministério da Coesão Territorial da França, e adaptou o programa para “Micro-Rua para crianças”

⁸ Rua para Infância, rua para todos! (COLETIVO 2020, tradução nossa).

visando incentivar novas parcerias para a criação de pequenos espaços de liberdade pulverizados pelo país para o trimestre de verão, principalmente para atender regiões mais vulneráveis, visando fortalecer os laços sociais e o acesso a novas oportunidades com base na ludicidade após o longo período de confinamento. Para atender as orientações e normas vigentes, “as atividades nas vias públicas são autorizadas pela prefeitura do departamento quando as condições de sua organização são adequadas para garantir o respeito aos gestos de barreira” (COLETIVO, 2020, tradução nossa).

Com iniciativas como essas, talvez seja possível ainda uma distribuição da fruição do tempo de lazer entre os espaços públicos ao ar livre, centralizados e de grandes dimensões, e espaços nos bairros, próximos às residências, de menores dimensões, com requalificação de terrenos baldios, praças e pontos de encontro da vizinhança. Uma volta na quadra ou alguns minutos de contemplação na praça do bairro pode proporcionar uma sensação de bem-estar e, em certa medida, também suprir a necessidade de estar em outros locais pela possibilidade de conforto, segurança, acolhimento e liberdade, equalizando a circulação pela cidade.

Praças e Bosques: Pontos de Encontro no Bairro ao Ar Livre

As praças e bosques dos bairros também são potenciais espaços públicos que podem contribuir para o equilíbrio do bem-estar cotidiano nesses tempos de pandemia. Apesar de alguns equipamentos estarem interditados, exigindo que a população se conscientize do alto risco de usá-los, há áreas livres em praças e bosques, semelhantes inclusive aos espaços dos parques, que podem servir para a fruição do tempo de lazer.

As prefeituras dos Municípios podem ampliar a área das praças e bosques, fechando as ruas laterais, para que as pessoas ganhem espaço e se reduza o contato físico ou próximo. Podem também ser realizadas ações culturais ocasionais alternativas, com o

cuidado em garantir a segurança e o distanciamento social, orientando a adoção de lugares, como a demarcação de espaços com o uso de tecidos no chão. Afora essas ações, diversas apresentações culturais podem ser realizadas ou transmitidas em praças e bosques.

Além disso, incentivar o uso de praças e bosques locais pode reduzir a intenção de se deslocar até os grandes pontos turísticos e equilibrar este desejo. Isso evita a saída constante da rua ou do bairro e supre a necessidade de sair do espaço doméstico sem precisar percorrer grandes distâncias.

Todavia, não se pode ignorar o direito de todos de usufruir dos grandes espaços públicos, pontos turísticos urbanos. Ademais, as pessoas querem sair do espaço do bairro por vários motivos: o simples desejo de mudar de paisagem e passear, a manutenção constante e altos investimentos na qualidade e diferenciação dos equipamentos de lazer; e até mesmo a segurança oferecida pela quantidade de pessoas que circulam nestes locais (NECA; RECHIA, 2020).

Estes são os pontos a ser observados pelo Estado, visando a dispersão e alternância das pessoas entre locais centrais e periféricos, a descentralização dos usos e, conseqüentemente, a redução das aglomerações em todos os espaços públicos da cidade.

Parques, Praias e Campos: Possibilidades de (Re) ligação com a Natureza

Seria possível pensar em uma distribuição mais equitativa dos grandes espaços públicos? Acreditamos que é possível uma (re) ligação com a natureza para voltarmos a ser “seres humanos” integrados com outros seres vivos, saindo do antropocentrismo para o ecocentrismo, onde não estamos em oposição à natureza, mas nos sentimos parte dela. Dessa forma, é possível criarmos um novo estilo de vida urbano, mais harmônico e equilibrado com a natureza?

Um aspecto a considerar é a impossibilidade atual de todas as pessoas se apropriarem dos grandes espaços públicos em todos os momentos de lazer, quer morem perto ou longe desses lugares.

Então, a primeira medida é criar estratégias de pulverização dos usos em diferentes momentos, como compor uma programação de utilização por área ou bairro, com rodízio entre eles, delegar uma autorização para frequentar esses locais.

Conscientizar também aqueles que podem frequentar tais ambientes durante a semana, que o façam preferencialmente em horários alternativos, e não em horários de pico. Dessa maneira, democratiza-se o acesso, pois possibilita àqueles que não tem tal privilégio, frequentar parques, praias e campos, reduzindo risco de aglomerações nos horários de pico e fins de semana.

Medidas de redução do risco podem ser um importante aliado das normas de distanciamento social nos momentos de lazer, pois, diferentemente do trajeto e horário para ir ao trabalho, as pessoas podem decidir, segundo as condições oportunizadas pelo Poder Público, não se aproximar de outros núcleos familiares e de aglomerações.

Alguns Municípios brasileiros têm aberto os grandes parques para apropriação. Entre as estratégias de conscientização estão: contratação de pessoas para a orientação sobre as regras de proteção, distribuição de máscaras e álcool gel, horário de funcionamento limitado, agendamento de visitas, redução da capacidade máxima⁹.

⁹AGÊNCIA BRASIL. São Paulo abre quatro parques urbanos na segunda-feira. Brasil. **Exame**. 01 ago. 2020. Disponível em: <http://exame.com/brasil/sao-paulo-abre-quatro-parques-urbanos-na-segunda-feira/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

O NORTE. Estratégia de reabertura evita aglomerações no Parque Cimba em Araguaína. Segurança e Lazer. Disponível em: <https://www.portalonorte.com.br/noticias/estrategia-de-reabertura-evita-aglomeracoes-no-parque-cimba-em/96350/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

JDV. Ação conscientiza jaraguenses sobre uso adequado de parques para evitar contágio da COVID-19. 04.05.2020. Disponível em: <https://www.jdv.com.br/Artigos/Acao-conscientiza-jaraguenses-sobre-uso-adequado-de-parques-para-evitar-contagio-da-COVID-19>. Acesso em: 08 ago.2020.

PARANÁ. Parques Estaduais reabrem neste sábado, com restrições. 10 ago. 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=108304>. Acesso em 10 ago.2020.

Por fim, vale lembrar que chegará o momento em que os espaços públicos precisarão ser abertos, a fim de evitar um colapso dentro dos espaços domésticos. Para Bruhns (2005, p.70)

De Grazia (BRUHNS, 2000) supõe ser possível avaliar a saúde interior de um país pela capacidade do seu povo não demonstrar inquietação ou perturbação em relação ao estado de “não fazer nada”, o qual pode ser exemplificado através das reuniões para conversar, do deambular sem finalidade alguma, sentar num jardim para observar o movimento, sentar para tomar um café, etc. Pois prossegue, quem permanece sereno nesse estado, deixando o pensamento vagar, deve estar em paz consigo mesmo. Se não está, logo se verá acossado por pensamentos inquietantes e fugirá, refugiando-se no álcool, no trabalho ou outra atividade (BRUHNS, 2005, p.70).

Para evitar tais danos psíquicos e sociais acreditamos ser possível sair de casa para o lazer, mas é necessário que a população esteja consciente e minimize os riscos a partir de medidas de proteção individual e social e que haja investimentos públicos, sobretudo em relação aos direitos ao lazer, à saúde, à educação, à cultura e à mobilidade urbana.

Finalizando: Um Novo Normal é “Normal”?

É necessário considerar que, no momento atual, as cidades não podem ser compreendidas como estamos habituados a concebê-las como espaços de encontros próximos, de grandes circulações para consumo, trabalho, lazer, cultura, entre outros.

As primeiras medidas impostas pelo Poder Público para enfrentar a pandemia foram as proibições no âmbito do lazer, cultura, educação, e as pessoas tiveram de rapidamente aceitar e se adequar ao distanciamento e à nova forma de socialização doméstica.

Nesse sentido, investir em ações que possibilitem um “novo normal” das cidades, envolvem estratégias de orientação para o não consumismo, a não aglomeração por meio do distanciamento social e, restrição de algumas práticas sociais e certos espaços que possam potencializar o descumprimento das determinações da OMS. Envolve também o

investimento em mobilidade urbana segura e no transporte coletivo adequado para garantir condições de deslocamentos durante o trajeto para o trabalho e para o lazer.

Questionamos ações restritivas dos espaços públicos porque, se existe uma estratégia e plano de orientação para as pessoas adotarem as medidas protetivas para ir ao trabalho, por que não deveria haver o mesmo para a fruição consciente e altruísta dos tempos e espaços de lazer em espaços públicos ao ar livre?

Essa estratégia de uso dos espaços de lazer não se coaduna com o mote “Fique em casa!”. Ademais, ficar em casa não tem contribuído para o bem-estar social, a saúde física e mental e a preservação da vida. Quem tem ficado em casa? Quem não tem saído para absolutamente nada? Quem tem condições financeiras, trabalha remotamente e sai para o lazer mercadológico e privado, ao passo que aqueles não têm condições financeiras saem somente para trabalhar e não podem utilizar os espaços públicos e gratuitos de lazer ao ar livre, porque estão fechados ou interditados.

Por que uns devem trabalhar e se arriscar, enquanto outros devem se divertir e se poupar? Portanto, é necessário desenvolver mais políticas públicas sensíveis às diferenças de acesso. É necessário que o Poder Público ofereça às comunidades mais vulneráveis opções de moradia adequada, lazer em locais públicos a partir de estratégias de alternância no uso e requalificação desses espaços, especialmente nos bairros mais vulneráveis. Não se trata de ficar ou sair de casa, mas sim ficar e sair de casa, seguindo as orientações necessárias para evitar o contágio.

A avaliação de riscos é muito importante e essencial no combate à Covid-19 e ao estresse causado pelo confinamento nos espaços domésticos. Não se trata de dualidades entre ricos ou pobres, trabalho ou lazer, saúde ou doença, casa ou rua, e sim de um equilíbrio entre o distanciamento nos momentos e locais de lazer, o confinamento nos

períodos de trabalho e o isolamento doméstico, visando ao bem-estar social de toda a sociedade.

Um grande desafio para a liberação dos espaços públicos é a concentração desenfreada em espaços centrais, em detrimento dos demais espaços disponíveis para a fruição do tempo de lazer nos bairros, podendo resultar em surto de contágio nesses espaços urbanos. Para evitar tal situação, são necessárias estratégias políticas bem articuladas para iniciar o processo de (re) utilização dos espaços públicos, começando pelas ruas e em seguida abrindo praças/bosques e grandes espaços públicos ao ar livre.

Devemos aprender com os erros da liberação de usos sem análise de riscos e orientações preventivas. Para que não cometamos outros, é preciso informar de antemão à população que a liberação para o usufruto de locais públicos de lazer atende a uma necessidade básica de manutenção da saúde e do bem-estar, porém, como ainda há risco de contágio, cabe a ela contribuir para que essa medida de apropriação seja mantida.

Whyte (1980) *apud* Honey-Rosés *et al.* (2020), comprovou, após observações sistematizadas, que as pessoas têm um senso natural de capacidade máxima de um local, e o total de apropriações de um espaço público pairava sobre certo máximo. Quando o número de pessoas no local se aproximava daquele máximo, elas partiam intuitivamente para outros espaços. Esse senso do que são “muitas pessoas” se alterou em tempos de Covid-19, e isso já se observava em alguns comportamentos, como os desvios nas ruas e as alterações de trajeto próximo de um encontro físico.

Tudo indica que nesse “novo normal”, as práticas sociais serão mais individualizadas e/ou em pequenos grupos, por vezes em casa e nos bairros, e que não será possível todos se apropriarem de um mesmo espaço público de lazer, num mesmo período de tempo. Portanto, as pessoas deverão equalizar ao escolher onde é mais adequado ficar ou ir e o Poder Público deverá intensificar as orientações.

Ademais, alterar as possibilidades de acesso aos interesses culturais do lazer podem contribuir para permitir à população um “novo normal” de uso de ruas, praças, parques, praias e campos; com a devida autonomia e responsabilidade para ponderar sobre aquilo que coloca ou não em risco a si e a comunidade.

Para tanto, a prática da contemplação e do olhar para dentro é uma oportunidade para as pessoas se organizem para ocupar os espaços. Cabe ao Poder Público criar estratégias que contribuam para essa apropriação, proporcionando uma organização baseada nas necessidades da população, não estimulando a aglomeração das pessoas em torno dos comércios.

Essas análises iniciais e as medidas aqui apresentadas precisam de amadurecimento estratégico e diálogo com outros campos do conhecimento científico, bem como com o Poder Público. Este ensaio teve por objetivo gerar reflexões sobre como tanto a moradia adequada quanto os espaços públicos de lazer ao ar livre das cidades podem cooperar para o bem-estar social em tempos de pandemia.

Sugerimos ainda uma atualização constante das orientações e reflexões aqui apresentadas com novas informações sobre a transmissão e controle do vírus, novas medidas protetivas recomendadas pela OMS e estudos de caso de cidades que iniciaram o processo de abertura dos espaços públicos ao ar livre das cidades.

Esperamos que estas análises concorram para gerar novas reflexões sobre a importância de qualificar os espaços das moradias e de lazer da população mais vulneráveis, bem como novas possibilidades para uma utilização segura dos espaços públicos ao ar livre das cidades. Portanto, não se trata de ficar em casa ou ocupar os espaços públicos de lazer, mas sim, de ficar em casa e ocupar os espaços públicos de lazer ao ar livre das cidades com responsabilidade e cuidado consigo mesmo e com o outro.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, T. São Paulo destina 10 milhões para espetáculos nas janelas de prédios. **Veja São Paulo**. Arte ao redor. Mar. 2020a. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/janelas-de-sp-edital-prefeitura>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BRUHNS, H. T. Sobre o Fim de Semana. **Licere**. v. 8, n. 1, 11, 2005.
- BONDUKI, N. Reduzir transporte público durante pandemia pode ampliar contaminação. **Jornal da USP**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/reduzir-transporte-publico-durante-pandemia-pode-ampliar-contaminacao/>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2013. (1. Artes de fazer).
- COLETIVO. Des «micro-rues aux enfants rues pour tous» pour les Quartiers d'été!. 20 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ruesauxenfants.com/blog/des-micro-rues-aux-enfants-rues-pour-tous-pour-les-quartiers-d-ete?fbclid=IwAR2pivzda2ykhDJpcQCEWCtpGG4mVqc9kKnYOKOIUN7C9y05X-GrdmzGIqU>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- CORRÊA, C. A.; VERLENGIA, R.; RIBEIRO, A. G. S. V.; CRISP, A. H. Níveis de estresse, ansiedade, depressão e fatores associados durante a pandemia de COVID-19 em praticantes de yoga. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 25, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14288>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- FREEMAN, S.; EYKELBOSH, A. COVID-19 and outdoor safety: considerations for use of outdoor recreational spaces. **National Collaborating Centre for Environmental Health**, apr. 2020.
- GARCIA-ALVAREZ, J.; YAÑEZ, Y.; PREGO, J. L.; TURO, A.; CHAVEZ, J. A.; GARCIA, M. J.; SALAZAR J. Noiselevel analysis in buffer Rod geometries for ultrasonic sensors. **Ultrasonics**, v. 44 Suppl1,p. 1093-1100, dec. 2006.
- GARCÍA-ÁLVAREZ, Leticia *et al.* Will changes in alcohol and tobacco use be seen during the COVID-19 lockdown?/? Se observaran cambios en el consumo de alcohol y tabaco durante el confinamiento por COVID-19? **Adicciones**, v. 32, n. 2, p. 85-90, 2020.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOMES, J. D.; GOMES, L. D.; MELLO, M. M. C. O urbanismo tático e o direito à cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**-2359-1552, v. 8, n. 3, 2019.
- GOVERNO de São Paulo libera funcionamento de bares e restaurantes até as 22h para cidades na fase amarela. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/05/governo-de-sp-libera-funcionamento-de-bares-e-restaurantes-ate-as-22h-para-cidades-na-fase-amarela.ghtml>. Acesso em: 8 ago. 2020.

GREFF, A. P. *et al.* **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: suicídio na pandemia COVID-19.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 24 p. Cartilha. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41420>. Acesso em: 8 ago. 2020.

HONEY-ROSÉS, J. *et al.* The impact of Covid-19 on public space: a review of the emerging questions. **OSF Preprints**. April 2020. doi:10.31219/osf.io/rf7xa.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução: J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Documentos, 2001.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, Jun. 2002.

_____. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade.** 3. ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação.** 12. ed. Campinas: Papirus, 2007.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>.

MASCARENHAS, F. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, dez. 2005.

MORAES, R. F. Covid-19 e medidas legais de distanciamento social: tipologia de políticas estaduais e análise do período de 13 a 26 de abril de 2020 (**Nota Técnica n. 18**). Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10076> . Acesso em: 8 ago. 2020.

NECA, B. D. R.; RECHIA, S. Tarifa domingueira: uma policy analysis de uma política pública de incentivo à circulação na cidade de Curitiba-PR e os impactos no âmbito do lazer. **LICERE** – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 23, n. 1, p. 582-613, 2020.

_____. **Tarifa domingueira: os impactos do transporte público no acesso ao lazer em Curitiba-PR.** 2019. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Setor de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba (PR), 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61908>. Acesso em: 19 nov. 2019.

NIERENBERG, A. How to have a Picnic, safely. **The New York Times** [online]. 9 may. 2020. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2020/05/09/dining/coronavirus-how-to-have-a-picnic-safely.html> . Acesso em: 08 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OPAS/OMS. **Folha informativa** – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 8 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRES. **London Parks and Green Spaces – COVID-19 Guidance**. Coronavirus updates and guidance. Social distancing guidance. 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.london.gov.uk/coronavirus/social-distancing-guidance/london-parks-and-green-spaces-covid-19-guidance>. Acesso em: 08 ago.2020.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RECHIA, S. **Atividade físicas e esportivas e as cidades**. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil. PNUD, 2017. Disponível em: <http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-F%C3%ADsicas-e-Esportivas-e-Cidades.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

_____. **Ócio, lazer e tempo livre**: Os interesses culturais como resistência emancipatória. Redação SescTv. 2020. Disponível em: <https://medium.com/sesctv/%C3%B3cio-lazer-e-tempo-livre-os-interesses-culturais-como-resist%C3%A2ncia-emancipat%C3%B3ria-e511baafd1ba>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ROSA FILHO, D. de S. R.; CAMPOS, A. F. O caos programado dos transportes coletivos em momento de pandemia. *In*: BORGES, A.; MARQUES, L. (Org.). **Coronavírus e as cidades no Brasil**: reflexões durante a pandemia. Rio de Janeiro: Outras letras, 2020.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, A. L. da; FERREIRA, N. G. de B. Além da culpa e da expiação: Covid-19 e as fissuras de gramáticas emocionais. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 55, p. 175-185, maio. 2020.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.

WHYTE, W. **The Social Life of Small Urban Spaces**. New York: Project of Public Spaces 153 Waverly Place, 1980.

Endereço dos(as) Autores(as):

Bruno Rodrigues Neca
Rua Ignez de Lourdes Gomes de Macedo, 38 – Sítio Cercado
Curitiba – PR – 81.920-090
Endereço Eletrônico: brunorodriguesufpr@gmail.com

Simone Rechia
Rua Manoel dos Santos da Silva, 171, Sobrado b
Curitiba – PR – 82.200-212
Endereço Eletrônico: simonerechia@hotmail.com